



O Núcleo de Direitos Humanos-UFOP: formação, projetos e resultados

The Center for Human Rights-UFOP: education, projects and results

Rainer Bomfim¹, Alexandre Gustavo Melo Franco Bahia²

1 Bacharelado em Direito. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Brasil. E-mail: rainerbomfim@outlook.com

2 Doutor em Direito Constitucional. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil. E-mail: alexprocesso@gmail.com

Recebido em: 25/07/2016 | Aprovado em: 31/01/2017

DOI: 10.12957/interag.2017.24811

Resumo

O Núcleo de Direitos Humanos da UFOP (NDH) é um programa de extensão do Departamento de Direito da UFOP formado por vários projetos que objetivam a promoção prática, a partir de conhecimentos teóricos, de uma cultura de Direitos Humanos na cidade de Ouro Preto e região. As atividades, que buscam consolidar a cidadania na esfera da comunidade ouro-pretana ocorrem através das ações realizadas através de Projetos na comunidade de Ouro Preto. Ao mesmo tempo, pretende-se desenvolver conhecimentos para os alunos participantes e para a comunidade envolvida acerca de uma cultura de Direitos Humanos que possa ser replicada pelos envolvidos para além do NDH. Nesse sentido são feitas oficinas, grupos de pesquisa e cartilhas sobre as temáticas de que tratam os Projetos. Visa-se, assim, que o NDH seja um Programa de Extensão que atue a partir da metodologia da "pesquisa-ação", o que torna possível que o extensionista possa encontrar junto ao ator social a resposta para situações que lhes são apresentadas. Os resultados esperados são ações que ajudem o público-alvo do programa, que são pessoas em vulnerabilidade social, e o enriquecimento acadêmico e pessoal dos extensionistas. Nesse texto buscamos mostrar o funcionamento do NDH, suas realizações e potenciais através de uma análise histórico-descritiva.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Extensão; Cidadania; Núcleo de Direitos Humanos; UFOP.

Área temática: Direitos humanos e justiça.

Linha de extensão: Direitos individuais e coletivos.

Abstract

The Center for Human Rights of the Federal University of Ouro Preto, also known as NDH, is an extension program from the Department of Law. It consists of several projects aimed at the practical promotion, stemming from theoretical knowledge, of a culture of Human Rights in the city of Ouro Preto and its surroundings. The activities, which seek to consolidate citizenship in Ouro Preto, occur through the actions and projects carried out in this community. At the same time, we intend to broaden the knowledge of participating students and of the community involved, regarding a culture of human rights that can be replicated by those involved beyond the NDH. In this sense, workshops, research groups and booklets are made on the themes covered by the project. The objective is, thus, that the NDH could become an Extension Program that acts based on the "action research" methodology. This approach makes it possible, for the extensionist, to find, along with the social actor, the answer to situations presented to them. The expected results are actions that help the program's target audience, the socially vulnerable population, as well as the academic and personal enrichment of the extensionist. In this text we show the NDH work, its achievements and potential through historical and descriptive analysis.

Keywords: Human Rights; Extension; Citizenship; Center for Human Rights; UFOP.

Introdução

O curso de graduação em Direito da Universidade Federal de Ouro Preto, criado em 1994, decorreu do esforço, naquela época, de suprir uma demanda jurídica regional, pautada nas questões ambientais, minerárias e humanísticas e buscou resgatar, na sua idealização, o primeiro curso de Direito de Minas Gerais, criado em 1892, em Ouro Preto, com o nome de Escola Livre de Direito. O curso de Direito da UFOP é um dos que guarda a melhor proporção entre candidatos do SISU e vagas na UFOP; tem importantes resultados em todos os tipos de avaliação, em especial no último ENADE (2013), quando foi a melhor instituição brasileira no curso de Direito, tendo sido a única a obter a nota 5,0 na prova e, mais recentemente, com a nota 5,0 em avaliação externa de Comissão do MEC.

O Núcleo de Direitos Humanos da UFOP (NDH) é um programa de extensão do Departamento de Direito da UFOP que foi criado em 2007 e é formado por vários projetos que objetivam a promoção prática, a partir de conhecimentos teóricos, de uma cultura de Direitos Humanos na cidade de Ouro Preto e região. Atualmente o programa conta com 6 (seis) projetos, 5 (cinco) professores orientadores e 70 (setenta) extensionistas participando das execuções de suas atividades e envolvendo centenas de pessoas da cidade/região em que se situa a Universidade Federal de Ouro Preto.

As atividades desenvolvidas, que buscam consolidar a cidadania na esfera da comunidade ouro-pretana/região, ocorrem através das ações realizadas nos Projetos como: atendimentos e orientações jurídicas à população mais carente; consolidação de direitos nos distritos afastados de Ouro Preto; ida às escolas secundaristas para fins de formação sobre o funcionamento do processo político através do parlamento jovem; promoção dos direitos da criança e do adolescente e, também, dos direitos da pessoa com deficiência; realização de eventos de conscientização de direitos à comunidade e outros.

Ao mesmo tempo, a partir dos projetos pretende-se desenvolver conhecimentos para os alunos participantes e para a comunidade envolvida acerca de uma cultura de

Direitos Humanos que possa ser replicada pelos envolvidos para além do NDH. Nesse sentido, são feitas oficinas, grupos de pesquisa e cartilhas sobre as temáticas de que tratam os Projetos. As atividades se desenvolvem com a parceria de entidades externas que atuam como parceiros para a execução das atividades do NDH e colocam a Universidade em diálogo com comunidades circundantes.

Visa-se, assim, que o NDH seja um Programa de Extensão que atue a partir da metodologia da “pesquisa-ação”, de forma que não haja somente prestação de serviços, mas que estes produzam (e sejam capazes de serem fatores de multiplicação de) conhecimento. Essa abordagem torna possível que o extensionista possa encontrar junto ao ator social a resposta para situações que lhe são apresentadas.

Os resultados que sempre se espera e que têm sido alcançados são ações que ajudem o público-alvo do programa _ pessoas em vulnerabilidade social, propiciando o enriquecimento acadêmico e pessoal dos extensionistas. Dessa forma, as propostas dos Projetos visam que a extensão não se configure apenas em uma via: da Universidade para o “exterior”, mas que a comunidade externa também contribua com suas questões e conhecimentos de forma que, desse diálogo, os dois lados possam aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, cumprindo os quatro pilares da educação no século XXI.

História do Núcleo de Direitos Humanos (NDH) da UFOP

O núcleo de Direitos Humanos é um programa de extensão do Departamento de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto. O Programa é vinculado à Pró-reitoria de Extensão. Esse programa surgiu em 2007 como um projeto de extensão para ampliar as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Direito da própria universidade.

A criação do projeto foi motivada pela existência do projeto Reconhecer UFOP, uma vertente do programa Reconhecer da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, que em 2006, tinha como objetivo principal identificar as necessidades e as demandas da população carcerária de Ouro Preto e das cidades próximas. Com o

propósito de ampliar essa vivência, surgiu a proposta de criação do Núcleo de Direitos Humanos em 2007.

O NDH-UFOP, desde sua criação, pauta-se no diálogo com a comunidade, em que os sujeitos sociais e os extensionistas são atores de modificação da realidade encontrada. Essa análise só se torna possível pela receptividade da comunidade e, também, das parcerias locais firmadas ao longo da história do projeto, como a Paróquia Cristo Rei, a Câmara Municipal de Ouro Preto, o Conselho Tutelar de Ouro Preto, a Secretaria de Assistência Social e Cidadania, os CRA's, entre outras.

Em 2008, o NDH, até então um Projeto de extensão, transforma-se em um Programa de extensão, o que lhe dá maior amplitude e lhe permite crescer para abarcar maiores demandas da cidade de Ouro Preto e de seus distritos. Como Programa, nele podem estar, pelo menos, três projetos sendo desenvolvidos de forma autônoma mas, sempre, vinculados à ideia de promoção de uma cultura de Direitos Humanos.

Nos anos seguintes o programa pôde consolidar parcerias, criar novos projetos e modificar alguns existentes para atender cada vez mais às necessidades e enfrentamentos criados pela população ouro-pretana. A experiência e a dedicação dos participantes levou o NDH a desenvolver questões ligadas ao Direito da Criança e do Adolescente, do idoso, da pessoa com deficiência, do consumidor, o acesso à justiça de maneiras voltadas para a educação cidadã, o acesso a direitos difusos pela população de distritos afastados e projetos que estimulam a participação política e cidadã de jovens do ensino médio.

Assim, no ano de 2013, o programa NDH recebeu um prêmio no Encontro dos Saberes-UFOP (“Prêmio de destaque em Extensão”), sendo esse prêmio entregue aos melhores projetos desenvolvidos naquele ano. O prêmio veio como uma forma de reconhecer os esforços desenvolvidos por professores, alunos e parceiros na construção de um programa de extensão comprometido com a realidade concreta fora do cenário cotidiano acadêmico.

Ainda em 2013, o NDH redigiu um abaixo-assinado em repúdio à presença do Deputado Marco Feliciano na presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, o que teve uma grande adesão de público, abrangendo cerca de 3000 pessoas, mostrando a repercussão que o NDH tem sobre a comunidade acadêmica e estudantil.

Em 2014, o NDH passou por uma renovação estrutural, uma vez que, na análise dos professores e extensionistas, alguns dos projetos já teriam cumprido o seu propósito perante a comunidade ouro-pretana e seria o momento de se criar outros projetos. Nesse momento, surgem grupos de estudos que objetivavam a análise do programa e da demanda da sociedade, e são criados projetos que visam garantir direitos à população mais afastada dos distritos de Ouro Preto. Assim, o programa mantém-se com alguns dos seus projetos tradicionais, como o parlamento jovem e a assessoria jurídica comunitária, e criam outros, como o projeto Antônio Pereira, que surgiu através das demandas apresentadas pela população e pelos alunos, abrangendo, desde o início, uma série de ações conjuntas.

O NDH-UFOP ainda se articula por sua metodologia própria (como descrita abaixo) com a pesquisa que é desenvolvida no Departamento de Direito da UFOP, notadamente quanto ao Diretório de Pesquisa do CNPq “Núcleo de Estudos Constituição, Reconhecimento e Diversidade”. Assim, pesquisa e extensão são pensadas como ações que se complementam e se somam ao ensino. Ações que começaram como pesquisas, avançam para projetos de extensão do NDH e vice-versa. Ademais, Projetos dentro do NDH já se articulam, desde o início, como extensão e pesquisa ao mesmo tempo.

Metodologia do NDH

A metodologia do programa foi um questionamento feito desde o início, pois tinha como foco o rompimento da visão do direito como uma ordem positivista. Assim, levou-se em consideração os elementos trazidos por Dias e Gustin:

O primeiro elemento é a ideia de que a realidade jurídica está condicionada pela trama das relações de natureza econômica, política, ética e ideológica. (...) O segundo elemento constitui-se na necessidade de questionar os institutos já positivados no ordenamento nacional que, em boa parte, reproduzem o status quo e, por consequente, praticamente desconhecem as demandas de transformação da realidade mais abrangente. O terceiro elemento refere-se ao fato de que a escolha da metodologia ignifica a adoção de uma postura político-ideológica perante a realidade.¹

Dessa forma, a metodologia adotada pelo NDH, dados os expostos supracitados, tem sido a “pesquisa-ação”, tal como descrita por Michel Thiollent, que propõe que os extensionistas e os atores comunitários são agentes ativos para alcançar um resultado positivo e reconhecido por ambos. Como é ilustrado no trecho:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.²

Essa metodologia pode ser notada no momento de captação de demandas do programa, visto que as demandas partem da própria comunidade. A metodologia adotada também se revela na forma de capacitar os pesquisadores, que não se limita ao estudo da legislação e da doutrina relativas ao assunto. Como é trazido pelo Prof. Dr. Julio Aguiar de Oliveira e Gerlis Prata Surto em outro trabalho sobre as atividades do NDH:

o NDH-UFOP [é] um exemplo de atividade acadêmica voltada para a verdadeira formação do estudante de Direito. Uma formação que se orienta pela tese de que aprender a encontrar o Direito na lei não pressupõe apenas o conhecimento da lei, mas pressupõe o desenvolvimento das habilidades de interpretação da realidade a partir de um texto lei (...).³

Os excepcionais indicadores dos egressos do curso de Direito da UFOP – tanto em avaliações do MEC quanto da OAB – confirmam que a participação em Programas como o NDH tem gerado uma formação sólida, na qual o ensino vai além da transmissão de conhecimentos, mas avança para a construção de habilidades e competências.

Projetos Desenvolvidos pelo NDH

Os projetos desenvolvidos pelo NDH são modificados de acordo com as demandas identificadas pelos extensionistas, por demandas sociais trazidas pelos agentes e líderes comunitários e pelo interesse acadêmico dos professores-orientadores em ampliar temas discutidos na academia.

Atualmente, fazem parte do NDH os seguintes projetos:

a) Assessoria Comunitária

O projeto Assessoria Jurídica Comunitária foi criado em 2008, após a observação das demandas criadas pela população da comunidade ouro-pretana que é o aconselhamento jurídico. O projeto acontece em parceria com o Centro da Pastoral Cristo Rei-Bauxita e CRAS Alto da Cruz e São Cristóvão, que cedem locais para a realização dos atendimentos e divulgam em suas unidades as ações do projeto.

O Projeto visa a superação do modelo assistencialista oferecido pelos escritórios-modelo das faculdades, a distribuição horizontal do conhecimento para com as comunidades e a construção de uma prática jurídica compromissada com os Direitos Humanos. Em outras palavras, o Projeto considera a importância social que os escritórios-modelo possuem, principalmente dada a carência de Defensores Públicos em número suficiente - em Ouro Preto sequer há Defensoria Pública e o NAJOP-UFOP é o maior responsável pela assistência judiciária gratuita. No entanto, a atuação judiciária ocorre apenas quando já há um problema, uma violação (ou risco de violação) a direitos.

A proposta da Assessoria Comunitária é levar conhecimento jurídico sobre direitos e obrigações e fazê-lo de forma horizontal, é dizer, sem que a Universidade apareça como porta-voz da verdade para hipossuficientes, mas, sim, que possa haver trocas e aprendizados mútuos de forma a contribuir com a construção de uma cultura de Direitos Humanos.

A realização do projeto acontece a partir de atendimentos semanais à comunidade para oferecer orientações jurídicas e encaminhamentos a entidades parceiras ao projeto, como o Centro de Mediação e Cidadania ou o Núcleo de Prática Jurídica, ambos da UFOP.

Após a observação dos extensionistas sobre os temas que são mais frequentes nas orientações, são oferecidas palestras à comunidade com o intuito de disseminar os conhecimentos e esclarecer as dúvidas da população sobre os temas controversos.

b) Projeto Antônio Pereira

O Projeto Antônio Pereira nasceu após as discussões do grupo de pesquisa “Estado Plurinacional, Integração Latino-Americana e Direito à Diversidade”, que visa uma visão ampla e a consolidação do Estado Democrático de Direito. Em 2013, nas redondezas de Ouro Preto e Mariana, as manifestações realizadas pelos moradores de Antônio Pereira se destacaram, tendo inclusive alguns moradores bloqueado a rodovia estadual que corta o Distrito. Isso despertou a atenção da comunidade local e também dos estudantes da UFOP, que estavam pesquisando sobre novas formas de conceber direitos à população marginalizada.

Assim, em 2014, o projeto de extensão inicia suas atividades e, em conjunto, a produção de um documentário ao lado de várias outras atividades. Os extensionistas ao terem um contato mais direto com a comunidade perceberam quais eram as principais demandas do distrito de forma geral, sendo elas relacionadas com questões ambientais, a falta de ordenação urbana e registro dos imóveis no Distrito. Aliado a isso, a população também tinha pouco acesso à orientação jurídica.

Dessa forma, coube aos membros do projeto um planejamento para organizar a melhor forma de minimizar essas carências. A divisão foi feita em quatro grupos de trabalho: o primeiro relacionado ao Meio Ambiente, o segundo com trabalhos

relacionados à memória, o terceiro com as questões relacionadas com as demandas que envolviam as questões estruturais da cidade e o último realizava o apoio jurídico daquela comunidade.

Os extensionistas, concomitantemente às atividades dos grupos de trabalho, realizaram leituras, identificavam possíveis parceiros externos e fizeram debates com o intuito de conhecer melhor aquela comunidade na qual estavam se propondo a desenvolver ações.

O projeto em 2015 lançou um documentário chamado “Rastros” que é fruto do trabalho dos extensionistas com a comunidade; o documentário visa retratar os problemas e a realidade vivenciada pela população de Antônio Pereira (disponível no Youtube: <https://youtu.be/x3rwHFK0R6E>).

Em 2016, o projeto Antônio Pereira ganha uma nova frente de trabalho: sua vinculação com as atividades do Grupo de Estudo e Pesquisa Socioambiental (GEPSA), que é um grupo de estudos e de pesquisas interdisciplinares, sendo que são integrantes do projeto pesquisadores que compõem as áreas de Arquitetura, Biologia, Física, Química e Direito. O GEPSA estuda e atua na região que foi atingida pela tragédia do rompimento da Barragem do Fundão. Esse grupo de pesquisa tem atuação nos municípios de Mariana e Bento Rodrigues que foram os maiores e principais atingidos. Essa parceria se justifica na medida em que o distrito de Antônio Pereira também tem uma barragem que pode ceder. Então, o projeto incorpora mais essa frente às suas atividades, o que traz um enriquecimento das discussões apresentadas pelo projeto.

c) Direitos da Pessoa com Deficiência (DPD)

O projeto é uma inovação do Programa NDH, uma vez que esse nasce em função da entrada em vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) no início de 2016. Essa lei traz complexas mudanças no tratamento jurídico da Pessoa com Deficiência.

Assim, atentos a essa nova demanda, cria-se o projeto com o intuito de levar a comunidade ouro-pretana e universitária a estudar e refletir sobre esse novo instrumento jurídico que promove a proteção dos direitos das pessoas com deficiência.

O objetivo da primeira etapa em que está o projeto, é estudar o Estatuto da Pessoa com deficiência e produzir materiais para a capacitação de membros de órgãos e instituições que trabalham diretamente com pessoas com deficiência. Paralelamente a isso, os extensionistas irão firmar parcerias com entidades e setores que lidam com aqueles para buscar mecanismos a fim de informar a comunidade sobre esses novos direitos, buscando com que estes sejam respeitados, garantindo sua inclusão.

Com o material criado pelo Projeto, espera-se que a mudança não seja somente jurídica, mas sim uma mudança na percepção da sociedade perante as pessoas com deficiência.

d) Núcleo de Estudos em Diversidade, Gênero e Sociedade

O Núcleo de Estudos em Diversidade, Gênero e Sociedade - NEDGS-CHICA surge em 2015 e é um projeto com o viés de discussão e argumentação para capacitar seus membros sobre o tema a ser discutido e outro de ações concretas para promoção da comunicação da UFOP e da comunidade de Ouro Preto sobre questões de grupos minoritários historicamente excluídos pela sociedade brasileira em geral e, em especial, a comunidade ouro-pretana.

Para conseguir alcançar objetivos do NEDGS, os extensionistas se reúnem semanalmente em um grupo de estudos que discute a bibliografia apresentada, bem como temas que tenham repercussão local e global que tangem a temática, além de contar com os relatos e experiências tidas na comunidade ouro-pretana. A existência desse grupo é pressuposto para a concretização da metodologia de pesquisa-ação de Michel Thiollent, de que os extensionistas precisam se preparar, com seus estudos, para poderem agir na sociedade e alcançar aquele público objetivado.

O grupo desenvolve também o projeto em três vertentes de trabalho, que são divididas para a promoção do maior diálogo entre a UFOP, a comunidade de Ouro Preto e setores externos. Essa subdivisão acontece da seguinte forma: o primeiro visa ampliar o debate sobre as motivações que levam à exclusão de grupos minoritários na Universidade e na comunidade ouro-pretana; o segundo objetiva levar as informações, bem como, dar o direito à voz e reconhecimento daqueles que têm sido alvo destas exclusões discriminatórias; o terceiro possibilita a integração de grupos minoritários com a comunidade ouro-pretana.

e) Parlamento Jovem e Educação Cidadã

O projeto surgiu em 2011, com o objetivo de estimular a formação política e cidadã de estudantes de ensino médio das escolas de Ouro Preto, por meio de atividades que os levem a compreender melhor o funcionamento e a organização do Poder Legislativo e da política nacional, através de oficinas, palestras e visitas técnicas, além da participação regular no programa Parlamento Jovem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

As atividades se desenvolvem em parceria com instituições internas que são a Câmara Municipal de Ouro Preto, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e Escolas de Ensino Médio de Ouro Preto e seus distritos. O projeto busca estimular nos jovens o interesse pela agenda sociopolítica de seu município e pelo exercício da democracia, por meio de mecanismos de participação popular. A ação extensionista tem duplo resultado: de um lado, os discentes do curso de Direito desenvolvem suas competências com sensibilidade à realidade que os rodeia, e de outro, a comunidade participa de forma efetiva da atuação da universidade.

O método de desenvolvimento do projeto é a realização de oficinas semanais – sobre temas de Direito Constitucional, Ciência Política e Sociologia Jurídica –, que

cumprem a finalidade de elucidar conceitos jurídicos, esclarecer didaticamente o conteúdo contemplado e realizar dinâmicas sobre habilidades diversas, como a análise crítica de problemas comunitários.

As atividades são norteadas pela ALMG, que define os temas de trabalho para a formulação de propostas pelos próprios alunos, as quais se juntam a outras de todo o Estado e são, no final do ano, apresentadas na ALMG em uma sessão na qual são escolhidos os melhores anteprojetos que se tornarão projetos de lei. Os temas trabalhados nos últimos anos são mobilidade urbana, segurança pública, envelhecimento com qualidade.

f) Educação, Direitos Humanos e Diversidade Cultural

O projeto é mais uma inovação do ano de 2016 que, atento às demandas sociais ouro-pretanas, resolveu criar esse novo projeto para a expansão da atuação e percepção do Programa NDH.

Assim, o projeto tem como base o processo educacional contemporâneo que tem por objetivo a formação cidadã dos jovens, permitindo o desenvolvimento de reflexões a partir do contexto social no qual estão inseridos.

Dentro da realidade democrática do Estado brasileiro torna-se necessário que o tema dos Direitos Humanos entre na pauta educacional de forma consistente. Questões sobre o gênero, liberdade de expressão, responsabilidade social, meio ambiente natural e cultural, patrimônio histórico-cultural, diversidade cultural, tolerância, diferenças individuais, reconhecimento, identidade constitucional etc, relacionam-se diretamente com o conceito de Direitos Humanos, compreendido, para efeitos do projeto, como aqueles direitos consignados como fundamentais na Constituição de 1988.

Desta forma, uma educação cidadã deve buscar despertar nos jovens o interesse pelas questões que cercam as possibilidades de compreensão e desenvolvimento dos seus

projetos de vida individuais e, ao mesmo tempo, desenvolver uma reflexão crítica sobre o contexto social no qual seu projeto de vida está inserido.

A temática do Projeto se torna ainda mais sensível num momento em que vários municípios, estados (e até no nível federal há discussões a respeito) estão implementando mudanças educacionais para proibir discussões políticas nas escolas (“escola sem partido”) ou sobre questões de gênero (“escola sem ideologia de gênero”).

Considerações Finais

Como se percebe, o Núcleo de Direitos Humanos da UFOP é formado por projetos com diferentes áreas de atuação e públicos diversos, o que traz para uma maturidade maior ao programa, pois ao longo desses nove anos, se pôde trabalhar com diversos setores e diversas situações relacionadas aos Direitos Humanos, desde crianças e adolescentes a idosos.

O NDH também revela-se um importante instrumento para a contribuição acadêmica dos alunos-extensionistas do curso de Direito da UFOP, pois os alunos estão em constante formação teórica – sendo que a todo instante devem se capacitar para tratar das questões vivenciadas –, e práticas, uma vez que os extensionistas são levados a lidar com questões sociais de diversos setores da sociedade, o que contribui para uma formação multicultural, de conhecimentos, mas também de competências e habilidades, além de uma percepção plural da sociedade em que se é inserido, pois os diversos projetos tratam de questões atinentes à formação política e cultural de jovens a problemas relacionados à garantia de direitos daquela sociedade.

Os extensionistas são levados a uma percepção diferenciada da realidade sobre o mundo prático-jurídico do cotidiano do Direito, pois são capacitados para um saber de escuta e de compreensão mais atentos aos problemas sociais. Além de propiciar as diferentes articulações com os diversos aspectos da extensão, desde um estímulo à docência à percepção dos problemas cotidianos da população mais carente.

A presença do NDH nos diversos setores traz uma grande responsabilidade da UFOP para com a comunidade ouro-pretana, pois essa começa a enxergar os projetos como um ambiente capaz de contribuir para o exercício da sua cidadania e de seus membros se autocompreenderem como sujeitos de direitos que precisam ser defendidos e assegurados. Além disso, o NDH tem uma presença atuante na sua página em redes sociais, cujo objetivo é incentivar e disseminar a cultura de direitos humanos nos diversos mecanismos de divulgação, sendo que em 20 de julho de 2016 a página do programa contava com mais de 700 curtidas.

Um outro ponto importante que o NDH promove aos alunos em razão da relação extensionista-comunidade é o incentivo à interação com os espaços da UFOP, uma vez que por mais que seja na mesma cidade, não existe uma apropriação do espaço da UFOP como um local cotidiano e o NDH pretende e realiza esse tipo de atividade, levando a população a exercer atividades no espaço institucional da Universidade.

Isso é confirmado pelos resultados alcançados que são reconhecidos pela própria população, que estimula e colabora a todo instante com a execução dos projetos, sendo que são de suma importância para a execução da metodologia adotada pelo programa, e que, sem eles, não seria possível a realização das atividades. Os resultados mostram a emancipação daquela sociedade perante a questão-problema que no início foi apresentada, o que permite que o programa possa ir atrás de novas demandas sociais.

O programa se propõe e efetiva, enfim, a praticar ações que consolidem a cidadania na esfera da comunidade local e uma cultura de Direitos Humanos que atinge aquela comunidade, mas também os alunos do curso de Direito, mesmo aqueles que não participam do Programa, uma vez que suas ações são disseminadas no curso através dos eventos que são promovidos. Formar profissionais capacitados com essa cultura de Direitos Humanos tem sido um dos grandes diferenciais dos egressos de direito da UFOP.

Contribuições dos autores

Rainer Bomfim é coordenador discente do Núcleo de Direitos Humanos e foi o responsável pela elaboração do artigo científico;

Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes Bahia, é o coordenador docente do Núcleo de Direitos Humanos e foi responsável pela orientação na elaboração do artigo científico.

Referências

1. GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. (Re) Pensando a Pesquisa Jurídica. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2006.
2. THIOLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez, 1985.
3. OLIVEIRA, Júlio Aguiar de; SURLO, Gerlis Prata. Mediação, Cidadania e Emancipação social. Belo Horizonte. Editora Fórum, 2010.